

Metáfora

Max Black*

Metáforas não são argumentos, minha cara senhorita.

—*The Fortunes of Nigel*, Livro 2, Capítulo 2

Prestar atenção às metáforas de um filósofo é uma maneira de depreciá-lo — tanto quanto elogiar um lógico pela sua bela caligrafia. O vício pela metáfora é considerado ilícito, segundo o princípio pelo qual, daquilo que só se pode falar metaforicamente, não se deve falar de forma alguma. No entanto, a natureza da ofensa não é nada clara. Gostaria de fazer algo para dissipar o mistério que envolve esse assunto; mas, já que os filósofos (apesar de todo o seu notório interesse pela linguagem) negligenciaram tanto o assunto, vou precisar procurar nos críticos literários toda ajuda possível. Eles, pelo menos, não admitem o mandamento “Não cometerás metáfora,” nem assumem que a metáfora é incompatível com pensamentos sérios.

1

As perguntas que eu gostaria de ver respondidas estão relacionadas à “gramática lógica” da “metáfora” e de palavras que tivessem um significado semelhante. Seria satisfatório ter respostas convincentes para as seguintes perguntas: “Como reconhecemos um caso de metáfora?” “Existem critérios para a identificação da metáfora?” “As metáforas podem ser traduzidas em expressões literais?” “A metáfora pode ser considerada como um adorno ao ‘sentido pleno’?” “Quais são as relações entre metáfora e símile?” “Em que sentido (se é que há algum) uma metáfora é ‘criativa’?” “O que se pretende quando se usa uma metáfora?” (Ou, mais sucintamente, “O que *queremos dizer* com ‘metáfora’?” Estas perguntas expressam nossas tentativas de esclarecimento de alguns usos da palavra “metáfora” — ou, para os que preferem o modo material, de análise da noção de metáfora.)

A lista não está perfeitamente ordenada, e muitas das questões se sobrepõem de maneiras bem óbvias. Mas espero que elas ilustrem suficientemente o tipo de indagação que se pretende fazer aqui. Seria proveitoso poder começar a partir de uma lista consensual de “casos evidentes” de metáforas. Já que a palavra “metáfora” apresenta alguns usos compreensíveis, ainda que vagos ou dúbios, deveria ser possível construir uma lista como

*Traduzido por Luiz Arthur Pagani. As notas identificadas por letras minúsculas são observações de tradução.

esta. Presumivelmente, deveria ser mais fácil concordar se um determinado item pudesse ser incluído nesta lista, do que concordar sobre qualquer análise proposta para a noção de metáfora.

Quem sabe a lista de exemplos a seguir, escolhida não totalmente ao acaso, possa servir:

- (i) “O presidente atropelou a discussão.”^a
- (ii) “Uma cortina de fumaça de testemunhas.”^b
- (iii) “Uma melodia argumentativa.”
- (iv) “Vozes de mata-borrão” (Henry James).^c
- (v) “Os pobres são os negros da Europa” (Chamfort).^d
- (vi) “A luz é apenas a sombra de Deus” (Sir Thomas Browne).^e
- (vii) “Oh! queridas crianças brancas, casuais como pássaros,
Brincando em meio às línguas estropiadas” (Auden).^f

Espero que todas elas sejam aceitas como *instâncias* inconfundíveis de metáforas, qualquer que seja o julgamento que se possa finalmente fazer sobre o significado de “metáfora.” Os exemplos são apresentados como casos claros de metáfora; mas, com excessão possivelmente do primeiro, eles seriam inadequados como “paradigmas.” Se quiséssemos ensinar o significado de “metáfora” para uma criança, precisaríamos de exemplos mais simples, como “As nuvens estão chorando” ou “Os galhos estão brigando uns com os outros.” (É significativo o fato de se recorrer a exemplos de personificação?) Mas tentei incluir algo que nos lembrasse das possíveis complexidades que mesmo uma metáfora relativamente direta pode acarretar.

Considere o primeiro exemplo — “O presidente atropelou a discussão.” De início, um ponto óbvio é o contraste entre a palavra “atropelou” e as outras palavras que a acompanham. Isto seria normalmente observado dizendo-se que “atropelou” tem aqui um sentido metafórico, enquanto as outras palavras têm um sentido literal. Apesar de indicarmos toda a sentença como uma instância (um “caso claro”) de metáfora, nossa atenção rapidamente se concentra numa única palavra, cuja presença é a razão mais provável para tal atribuição. E observações semelhantes podem ser feitas sobre os próximos quatro exemplos da lista; e as palavras cruciais são, respectivamente, “cortina de fumaça,” “argumentativa,” “mata-borrão” e “negros.”

(Mas a situação é mais complicada nos últimos dois exemplos da lista. Na citação de Sir Thomas Browne, é possível supor que “luz” tenha um sentido simbólico, significando certamente muito mais do que significaria no contexto de um livro de introdução à ótica. Aqui, o sentido metafórico da expressão “a sombra de Deus” impõe um significado inusitadamente mais amplo em relação ao que a sentença diz. Podemos observar efeitos

^aNo original, “the chairman plowed through the discussion” — o presidente saiu arando a discussão.

^bNo original, “a smoke screen of witnesses.”

^cNo original, “blotting-paper voices”.

^dNo original, “the poor are the negroes of Europe.”

^eNo original, “light is but the shadow of God.”

^fNo original, “Oh dear white children, casual as birds, / Playing amid the ruined languages.”

similares na passagem de Auden — considere, por exemplo, o significado de “brancas”, na primeira linha. Precisaréi negligenciar estas complexidades no presente texto.)

Geralmente, quando falamos de uma metáfora relativamente simples, estamos nos referindo a uma sentença ou a alguma outra expressão na qual *algumas* palavras são usadas metaforicamente, enquanto o restante é usado não-metaforicamente. Qualquer tentativa de se construir uma sentença com todas as palavras usadas metaforicamente resultaria num provérbio, numa alegoria, ou numa charada. Nenhuma análise preliminar de metáfora conseguiria explicar satisfatoriamente sequer um exemplo trivial como “De noite, todos os gatos são pardos.”^g E casos de simbolismo (no sentido em que o castelo de Kafka é um “símbolo”) também precisam de tratamento separado.

2

“O presidente atropelou a discussão.” Ao considerarmos esta sentença um caso de metáfora, estamos supondo que ao menos uma palavra (aqui, a palavra “atropelou”) está sendo usada metaforicamente na sentença, e que ao menos uma das palavras restantes está sendo usada literalmente. Vamos chamar a palavra “atropelou” de *foco* da metáfora, e o restante da sentença na qual esta palavra ocorre de *enquadramento*.^h (Será que *nós* estamos usando metáforas aqui? e ainda por cima metáforas mistas? Isto faz diferença?) Uma noção que precisa ser esclarecida é a do “uso metafórico” do foco da metáfora. Dentre outras coisas, seria preferível compreender como a presença de um enquadramento pode resultar num uso metafórico da palavra complementar, enquanto a presença de um enquadramento diferente para a mesma palavra não resultaria em metáfora.

Se a sentença sobre o comportamento do presidente fosse traduzida palavra por palavra para uma língua estrangeira, na qual isso fosse possível, deveríamos naturalmente poder dizer que a sentença traduzida é um caso *exatamente da mesma* metáfora.ⁱ Portanto, afirmar que uma sentença é uma instância de metáfora é dizer algo sobre seu *significado*, não sobre sua ortografia, seu padrão fonético ou sua forma gramatical.¹ (Recorrendo a uma distinção bem conhecida, a “metáfora” deve ser classificada com um termo que pertence à “semântica”, e não à “sintaxe” — nem a qualquer investigação *física* sobre a língua.)

Suponhamos que alguém diga “Gosto de atropelar sempre as minhas recordações.” Devemos admitir que ele esteja usando a mesma metáfora que discutimos no caso anterior, ou não? Nossa resposta vai depender do grau de similaridade que estivermos preparados para aceitar na comparação entre os dois “enquadramentos” (pois temos o mesmo “foco” em ambos os casos). Diferenças nos dois enquadramentos vão produzir *algumas* diferenças na interação² entre foco e enquadramento em cada um dos casos. O quanto as

¹Qualquer categoria gramatical pode ser usada metaforicamente (ainda que os resultados sejam escassos e desinteressantes no caso das conjunções); qualquer forma de expressão verbal pode conter um foco metafórico.

²Estou usando aqui um linguajar apropriado à “perspectiva interacionista” da metáfora que será discutida no presente texto.

^gNo original, “In the night all cows are black.”

^hNo original, o termo é *frame*, que alguns tradutores preferem traduzir como “quadro”.

ⁱEsse não parece ser o caso do português, porque “o presidente arrou de cabo a rabo a discussão” (que seria uma possível tradução “literal”) não parece ter a mesma acepção de ‘desconsideração’ que se atribuirá à interpretação desta metáfora mais abaixo.

diferenças são suficientemente evidentes para considerarmos as sentenças *duas* metáforas diferentes é um caso de decisão arbitrária. “Metáfora” é uma palavra imprecisa, para dizer o mínimo, e devemos nos precaver de atribuir a ela regras de uso mais estritas do que as que encontramos efetivamente na prática.

Até aqui, vim tratando a “metáfora” como um predicado que se aplica propriamente a determinadas expressões, sem prestar atenção às situações em que as expressões são usadas, ou aos pensamentos, aos atos, às sensações e às intenções dos falantes relacionados a estas situações. E isso é seguramente correto para *algumas* expressões. Reconhecemos que chamar um homem de “fossa” é usar uma metáfora, sem precisar saber quem usou a expressão, ou em que situação, ou com que intenção. As regras da nossa língua determinam que algumas expressões devem ser consideradas como metáfora; e um falante não pode mais mudar isso da mesma maneira que não pode determinar que “vaca” deva significar o mesmo que “ovelha.” Mas também devemos reconhecer que as regras estabelecidas da língua deixam uma ampla margem para variações, iniciativas e criações individuais. Existem muitos contextos (inclusive quase todos os interessantes) em que o significado de uma expressão metafórica precisa ser reconstruído a partir das intenções do falante (e de outras pistas), pois as regras gerais do uso padrão são genéricas demais para fornecer a informação adequada. Quando Churchill, numa expressão famosa, chamou Mussolini de “aquele utensílio,” o tom de voz, o ambiente verbal e as condições históricas ajudaram a deixar claro *qual* metáfora estava sendo usada. (No entanto, mesmo aqui, é difícil ver como a expressão “aquele utensílio” poderia ser aplicada a um homem a não ser como um insulto. Aqui, bem como em outros lugares, as regras genéricas de uso funcionam como limitações à liberdade que o falante dispõe de se exprimir da maneira que ele bem entender.) Este é um exemplo, apesar de ainda simples, de como o reconhecimento e a interpretação da metáfora podem exigir a observação de *circunstâncias particulares* de seu proferimento.

É preciso notar, especialmente, que não existem regras padronizadas para medir o *peso* ou a *ênfase* a serem atribuídos a um uso particular de qualquer expressão. Para sabermos o que alguém que usa uma metáfora quer dizer, precisamos saber quão “seriamente” ele está tratando o foco metafórico. (Ele se contentaria igualmente em usar algum sinônimo aproximado, ou apenas *aquela* palavra serve? Devemos considerar aquela palavra superficialmente, observando apenas suas implicações mais óbvias — ou devemos nos debruçar sobre suas associações mais remotas?) Na fala, podemos empregar ênfases e construções como pistas. Mas em discursos escritos ou impressos, não dispomos nem mesmo destes recursos rudimentares. Contudo, este “peso” meio difuso de uma metáfora (suposta ou efetiva)³ é de enorme importância prática para qualquer exegese.

Para dar um exemplo filosófico, a decisão sobre se a expressão “forma lógica” deve ser tratada, num determinado enquadramento, como tendo um sentido metafórico vai depender de quanto o seu usuário esteja consciente de algumas supostas analogias entre argumentos e outras coisas (vasos, nuvens, batalhas, piadas) dos quais também se diz que têm “forma.” Vai depender ainda mais de quanto o escritor deseja que a analogia permaneça ativa nas mentes dos seus leitores, e de quanto o seu próprio pensamento depende e seja fomentado pela suposta analogia. Não devemos esperar que as “regras da língua” possam nos ajudar muito nessas investigações. (Há, conseqüentemente, um sentido de “metáfora” que pertence à “pragmática”, mais do que à “semântica” — e este

³Aqui, gostaria que estas palavras fossem lidas com o mínimo de “peso” possível!

sentido é o que mais merece atenção.)

3

Vamos tentar a abordagem mais simples possível dentre as que podem ser oferecidas para o significado de “O presidente atropelou a discussão,” para ver até onde ela nos leva. Um comentário plausível (para aqueles presumivelmente muito inclinados à literalidade entendam o original) deve funcionar mais ou menos assim: “Um falante que usa a sentença em questão deve estar querendo dizer *algo* sobre um presidente e seu comportamento em alguma reunião. Ao invés de dizer, estrita e *diretamente*, que o presidente lidou sumariamente com as objeções, ou descartou implacavelmente o que era irrelevante, ou algo do gênero, o falante escolhe usar uma palavra (‘atropelou’) que, estritamente falando, significa outra coisa. Mas um ouvinte inteligente pode facilmente inferir o que o falante tinha em mente.”⁴ Esta abordagem trata a expressão metafórica (vamos chamá-la de “*M*”) como um substituto para alguma outra expressão literal (“*L*”, digamos) que teria expressado o mesmo significado, se tivesse sido usada. Nesta perspectiva, o significado de *M*, em sua ocorrência metafórica, é somente o significado *literal* de *L*. O uso metafórico de uma expressão consiste, nesta perspectiva, no uso de uma expressão com um sentido que não é próprio ou normal, num contexto que permite um sentido impróprio ou anormal, e que precisa ser identificado e adequadamente transformado. (Os motivos oferecidos para este desempenho tão impressionante serão discutidos adiante.)

Qualquer perspectiva que sustente que uma expressão metafórica seja usada no lugar de alguma expressão *literal* equivalente será chamada de *perspectiva substitucionista da metáfora*. (Gostaria que este rótulo também cobrisse qualquer análise que considere toda sentença em que ocorra uma metáfora como substituta de sentenças literais.) Até recentemente, alguma forma da perspectiva substitucionista era aceita pela maioria dos escritores (normalmente, críticos literários ou autores de livros sobre retórica) que tinham alguma coisa a dizer sobre a metáfora. Para citar alguns exemplos, Whately define a metáfora como “uma palavra substituída por outra devido à Semelhança ou à Analogia entre seus significados.”⁵ A entrada no Dicionário de Oxford (de volta aos tempos modernos) não é muito diferente disso: “Metáfora: A figura de linguagem na qual o nome ou termo descritivo é transferido para algum objeto diferente daquele ao qual é adequadamente aplicável, mas que são análogos; um exemplo disto, uma expressão metafórica.”⁶ A pers-

⁴Observe como esse tipo de paráfrase impõe naturalmente algumas implicações de *falta* por parte do autor da metáfora. Há uma forte indicação de que ele deveria ter direcionado sua mente para aquilo que ele realmente queria dizer — a metáfora é descrita como uma forma de disfarçar a falta de clareza e a vagueza.

⁵Richard Whately, *Elements of Rhetoric* (7th rev. ed., London, 1846), p. 280.

⁶Em “Figura”, encontramos: “Alguma das várias ‘formas’ de expressão que apresenta algum desvio em relação à disposição ou ao uso normal das palavras, adotado para acrescentar beleza, variedade ou força a uma composição; por exemplo, Aposiose, Hipérbole, Metáfora, etc.” Se levássemos isso ao pé da letra deveríamos ser obrigados a dizer que a transferência de alguma palavra que não fosse motivada pelo acréscimo de “beleza, variedade ou força” não poderia ser, de forma alguma, um caso de metáfora. Ou será que “variedade” cobre automaticamente qualquer transferência? Observe-se que a definição do *Dicionário de Inglês de Oxford* não apresenta nenhum progresso em relação à de Whately. Onde ele fala de uma palavra sendo substituída, o D.I.O. prefere “nome ou termo descritivo.” Se isso fosse para restringir as metáforas aos nomes (e adjetivos?), estaria demonstravelmente equivocado. Mas, em caso negativo, a que “termo descritivo” supostamente deveria se referir? E por que a referência de Whately a “Semelhança e Analogia” foi reduzida apenas para analogia?

pectiva destas definições está tão fortemente entranhada que um autor atual, que estava defendendo uma visão diferente e mais sofisticada para a metáfora, ainda assim pendeu para o costume antigo definindo metáfora como “dizendo uma coisa e querendo significar outra.”⁷

De acordo com uma perspectiva substitucionista, o foco de uma metáfora, a palavra ou expressão que tem um uso distintamente metafórico junto a um enquadramento literal, é usado para comunicar um significado que poderia ter sido expresso literalmente. O autor substitui *L* por *M*; é tarefa do leitor inverter a substituição, usando o significado literal de *M* como pista para chegar ao pretendido significado literal de *L*. Compreender uma metáfora é o mesmo que decifrar um código ou desvendar uma charada.

Se perguntássemos, então, porque, nesta perspectiva, o escritor precisa impor a seu leitor a tarefa de resolver um quebra-cabeças, chegaríamos a dois tipos de respostas. A primeira seria a de que pode não haver, de fato, uma expressão literal equivalente, *L*, disponível na língua em questão. Os matemáticos falam da “perna” de um ângulo porque não haveria uma expressão literal curta para uma linha demarcadora; dizemos “lábios de cereja” porque não há nenhuma forma verbal conveniente o bastante para exprimir rapidamente como os lábios são. A metáfora preenche as brechas do vocabulário literal (ou, ao menos, supre o desejo por abreviações convenientes). Vista desta maneira, a metáfora é uma espécie de *catacrese*, que devo definir como o uso de uma palavra com um sentido novo, para remediar uma brecha no vocabulário; a catacrese é a atribuição de novos sentidos a antigas palavras.⁸ Mas se uma catacrese se presta a uma necessidade genuína, o novo sentido introduzido irá rapidamente se tornar parte do sentido *literal*. “Laranja” deve ter sido originalmente aplicado às cores por catacrese; mas a palavra agora se aplica às cores tão “apropriadamente” (e não metaforicamente) quanto às frutas. Curvas “osculantes” não ficaram se beijando por muito tempo, e logo assumiram um contato matemático mais prosaico. O mesmo acontece em outros casos. O destino da catacrese é o de desaparecer quando ela é bem sucedida.

Existem, no entanto, muitos casos de metáfora nos quais não se verifica as mesmas virtudes atribuídas à catacrese, quando há (ou supõe-se que haja) algum equivalente literal disponível e igualmente custoso. Assim, no exemplo um tanto infeliz⁹ “Ricardo é um leão,” que muitos autores modernos discutiram com enfadonha insistência, o sentido literal seria o mesmo que o da sentença “Ricardo é corajoso.”¹⁰ Aqui, a metáfora não tem como estar supostamente enriquecendo o vocabulário.

Quando a catacrese não pode ser evocada, os motivos para a substituição de uma

⁷Owen Barfield, “Poetic Diction and Legal Fiction,” em *Essays Presented to Charles Williams* (Oxford, 1947), ps. 106–127. A definição de metáfora aparece na p. 111, onde ela é tratada como um caso daquilo que Barfield chama de “ofuscamento”. O ensaio inteiro merece ser lido.

⁸O D.I.O. define catacrese como: “Uso impróprio de palavras; aplicação de um termo a uma coisa que ela não denota propriamente; abuso ou perversão de um tropo ou metáfora.” Gostaria de excluir as sugestões pejorativas. Não há nada de perverso ou abusivo na adaptação de antigas palavras a novas situações. A catacrese é um caso extremo da transformação de significado que ocorre constantemente em qualquer língua viva.

⁹Seríamos capazes de imaginar alguém dizendo isso hoje em dia, querendo dizer alguma coisa seriamente? Acho difícil. Mas na falta de qualquer contexto de uso autêntico, qualquer análise corre o risco de ser tênue, óbvia e pouco proveitosa.

¹⁰Encontramos uma discussão completa deste exemplo, acrescida de diagramas, em *Meaning and Change of Meaning*, de Gustaf Stern (Göteborgs Högskolas Arsskrift, vol. 38, 1932, part 1), ps. 300 ss. A abordagem de Stern tenta mostrar como o leitor é levado pelo contexto a *selecionar* da conotação de “leão” o atributo (coragem) que vai servir ao homem Ricardo. Para mim, ele está defendendo uma forma de perspectiva substitucionista.

expressão metafórica indireta são de ordem estilística. Contam-nos que as expressões metafóricas devem (em seu uso literal) se referir a um objeto mais concreto do que seu equivalente literal; e supostamente isso causa mais prazer no leitor (o prazer de ter os pensamentos deslocados de Ricardo para o leão irrelevante). Novamente, atribui-se ao leitor o apreço pela solução de problemas — ou o regozijo com a habilidade do autor em parcialmente revelar e parcialmente encobrir seu significado. Ou, então, a metáfora oferece um impacto de “agradável surpresa”, e assim por diante. O princípio por trás destas “explicações” parece ser: quando estiver em dúvida sobre alguma peculiaridade da língua, atribua sua existência ao prazer que ela causa no leitor. Um princípio que tem o mérito de funcionar bem mesmo na falta de qualquer evidência.¹¹

Quaisquer que sejam os méritos desta especulação sobre a resposta do leitor, elas coincidem em considerar a metáfora como um *enfeite*. Excluindo os casos em que a metáfora é uma catacrese, isto remedia qualquer imperfeição temporária da língua literal, e o propósito da metáfora seria o de entreter e divertir. Seu uso, nesta abordagem, sempre constitui um desvio do “estilo estrito e plenamente adequado” (Whately).¹² Portanto, se os filósofos têm obrigações mais importantes do que deleitar seus leitores, a metáfora não ocupa nenhum lugar importante na discussão filosófica.

4

A perspectiva segundo a qual uma expressão metafórica tem um significado que é uma transformação de seu significado literal é um caso especial de uma perspectiva mais geral sobre linguagem “figurada”. Nela se afirma que qualquer figura de linguagem que envolva mudança semântica (e não apenas mudança sintática, como a inversão da ordem normal das palavras) consiste em alguma transformação de um significado *literal*. O autor forneceria não o significado pretendido, m , mas alguma função para ele, $f(m)$; a tarefa do leitor seria a de aplicar a função inversa, f^{-1} , chegando assim a $f^{-1}(f(m))$, ou seja, m , o significado original. Quando são usadas funções diferentes, obteremos tropos diferentes. Assim, na ironia, o autor diz o *oposto* do que pretendia; na hipérbole, ele *exagera* seu significado, e assim por diante.

Qual seria, então, a transformação característica envolvida na metáfora? A resposta já foi dada: ou *analogia* ou *similaridade*. O significado de M é ou similar ou análogo ao de seu equivalente literal L . Tão logo o leitor identifique as bases da suposta analogia ou similaridade (com o auxílio do enquadramento, ou das pistas obtidas do contexto mais amplo), ele pode reconstituir o caminho do autor e chegar ao significado literal original (o significado de L).

¹¹Aristóteles associa o uso da metáfora ao gosto pela aprendizagem; Cícero relaciona o gosto pela metáfora ao deleite da ingenuidade do autor em sobrepujar o imediato, ou na apresentação vívida do elemento principal. Para referências a estas e outras abordagens tradicionais, ver E. M. Cope, *An Introduction to Aristotle's Rhetoric* (London, 1876), Livro III, Apêndice B, Cap. 2, “Sobre a metáfora”.

¹²Por isso, Stern (*op. cit.*) diz que todas as figuras de linguagem que “são usadas para servir às funções cujo propósito expressivo é mais discursivo do que ‘plenamente assertivo’” (p. 296). Uma metáfora produz um “embelezamento” (*Steigerung*) do assunto, mas os fatores que levam a seu uso “envolvem funções expressivas e efetivas (propositivas) do discurso, não funções comunicativas e simbólicas” (p. 290). Ou seja, as metáforas podem evidenciar sensações ou predispor os outros a agir e sentir de maneira diferente — mas elas não *dizem* normalmente nada.

Se um autor afirma que uma metáfora consiste na *apresentação* de uma analogia ou similaridade subliminar, ele estará assumindo o que eu chamo de *perspectiva comparacionista* da metáfora. Quando Schopenhauer falou que uma prova geométrica era uma ratoeira, ele estava *dizendo* (ainda que não explicitamente), de acordo com esta perspectiva: “Uma prova geométrica é *como* uma ratoeira, já que ambas ofereciam recompensas decepcionantes, atraem suas vítimas sorratamente, levam a surpresas desagradáveis, etc.” Esta é uma perspectiva da metáfora como um *símile* elíptico ou reduzido. Observe-se que uma “perspectiva comparacionista” é um caso especial de uma “perspectiva substitucionista,” pois ela afirma que um enunciado metafórico poderia ser substituído por uma *comparação* literal equivalente.

Whately diz: “Considera-se que o Símile ou a Comparação diferem da Metáfora apenas em forma; nestes, a semelhança é *afirmada*, mas na Metáfora ela é inferida.”^{13j} Bain diz que “a metáfora é uma comparação inferida a partir apenas pelo uso de um termo”, e acrescenta que “apenas nas circunstâncias em que se confina numa palavra, ou no máximo num sintagma, é que conseguimos procurar as peculiaridades da metáfora — suas vantagens, por um lado, e seus perigos e abusos, por outro.”¹⁴ Esta perspectiva da metáfora como símile ou comparação reduzida tem se popularizado bastante.

A principal diferença entre a perspectiva substitucionista (do tipo considerado anteriormente) e sua forma especial, que chamei de perspectiva comparacionista, pode ser ilustrada pelo exemplo corriqueiro “Ricardo é um leão.” Na primeira perspectiva, a sentença significa aproximadamente a mesma coisa que “Ricardo é corajoso”; para a segunda, aproximadamente o mesmo que “Ricardo é *como* um leão (em ser corajoso),” de forma que as palavras adicionadas entre parêntesis são entendidas mas não explicitamente enunciadas. Na segunda tradução, tanto quanto na primeira, considera-se que o enunciado metafórico esteja no lugar de algum equivalente literal. Mas a perspectiva comparacionista oferece uma paráfrase mais elaborada, dado que o enunciado original é interpretado como sendo tanto sobre leões quanto sobre o Ricardo.^{15k}

A maior objeção contra a perspectiva comparacionista é a de que ela sofre de uma vagueza que beira a vacuidade. Ficamos supostamente intrigados sobre como uma expressão (*M*), usada metaforicamente, pode funcionar no lugar de uma expressão literal (*L*) a ponto de serem consideradas aproximadamente sinônimas; e a resposta oferecida é a de que aquilo a que *M* se refere (em seu uso literal) é *similar* ao que é referido por *L*. Mas o quanto isso nos esclarece? Ficamos tentados a conceber as similaridades como “objetiva-

¹³Whately, *loc. cit.* A seguir ele traça uma distinção entre “a Semelhança, estritamente falando, ou seja, semelhança *direta* entre os próprios objetos em questão, (quando falamos de ‘salto’ de um rio, ou comparamos *montanhas* a grandes ondas)” e “a Analogia, que é a semelhança de Proporções — uma similaridade das relações que eles apresentam em relação a alguns outros objetos; quando falamos da ‘*luz da razão*’, ou de ‘*revelação*’; ou quando comparamos um guerreiro aprisionado e ferido a um navio encalhado.”

¹⁴Alexander Bain, *English Composition and Rhetoric* (enl. ed., London, 1887), p. 159.

¹⁵As perspectivas comparacionistas, provavelmente, têm sua origem na rápida menção que Aristóteles faz na *Poética*: “a metáfora consiste no transportar para uma coisa o nome de outra, ou do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero, ou da espécie de uma para a espécie de outra, ou por analogia” (1457b). Não disponho de espaço para examinar a discussão aristotélica com a atenção que ela merece. Uma defesa consistente desta perspectiva aristotélica pode ser encontrada no livro de S. J. Brown, *The World of Imagery* (London, 1927, esp. ps. 67 e seguintes).

^jO termo original na nota era *tableland*, que é uma elevação alta com o topo plano; como não foi encontrado nenhum termo próximo que o traduzisse, escolheu-se a adaptação com *salto*.

^kPara a citação de Aristóteles, usei a tradução de Eudoro de Souza, publicada na coleção *Os Pensadores*, p. 462.

mente dadas,” de modo que uma pergunta como “*A* é como *B* a respeito de *P*?” teria uma resposta definida e pré-determinada. Se fosse assim, os símiles deveriam ser regidos por regras tão estritas quanto às que controlam os enunciados da física. Mas a semelhança sempre admite alguma gradação, de forma que a pergunta verdadeiramente “objetiva” precisaria ter uma forma como “*A* é mais como *B* do que como *C* numa determinada escala de graus para *P*?” No entanto, à medida que nos aproximamos destas formas, os enunciados metafóricos perdem sua efetividade e deixam de fazer sentido. Precisamos das metáforas justamente quando não há perguntas que ainda possam ser respondidas com a precisão de um enunciado científico. Os enunciados metafóricos não substituem comparações formais nem qualquer outro tipo de enunciado literal, mas dispõem de suas próprias capacidades e realizações distintivas. Geralmente dizemos “*X* é *M*,” evocando alguma suposta relação entre *M* e um suposto *L* (ou, antes, um sistema indefinido L_1, L_2, L_3, \dots) nos casos em que, antes da elaboração da metáfora, dificilmente veríamos qualquer semelhança literal entre *M* e *L*. Seria mais esclarecedor, em alguns destes casos, dizer que a metáfora cria a similaridade do que dizer que ela formula alguma similaridade que já existia previamente.¹⁶

5

Vamos considerar agora um tipo de análise que designarei *perspectiva interacionista* da metáfora. Ela me parece não sofrer dos principais defeitos das perspectivas substitucionistas e comparacionistas, e ainda oferece algumas explicações interessantes sobre os usos e as limitações das metáforas.¹⁷

Começemos com o seguinte enunciado: “Em sua formulação mais simples, quando usamos uma metáfora, temos dois pensamentos sobre coisas diferentes, ambos ativos e sustentados por uma única palavra ou expressão, e seu significado resulta da interação entre eles.”¹⁸ Podemos descobrir o que se pretende aqui aplicando as observações de Richards ao nosso exemplo anterior “Os pobres são os negros da Europa.” A perspectiva substitucionista, na sua crueza, nos diz que algo é dito indiretamente sobre os pobres da Europa. (Mas o quê? Que eles são uma classe oprimida, uma crítica evidente às idéias oficiais da comunidade, que a pobreza é herdada e inextinguível?) A perspectiva

¹⁶Seria preciso dizer ainda muito mais num exame minucioso sobre a perspectiva comparacionista. Seria esclarecedor, por exemplo, considerar os diferentes tipos de casos nos quais se prefere uma comparação formal, ao invés da metáfora. Uma comparação geralmente é um prelúdio de uma enunciação explícita das bases da semelhança; por outro lado, não esperamos que a metáfora se explique. (Cf. a diferença entre a *comparação* do rosto de um homem a uma máscara de lobo, procurando pontos de semelhança, e a *percepção* do rosto humano *como* vulpino.) Mas, sem dúvida, a fronteira entre *algumas* metáforas e *alguns* símiles não é nada clara.

¹⁷Suas melhores fontes são os escritos de I. A. Richards, especialmente o Capítulo 5 (“Metaphor”) e o Capítulo 6 (“Command of Metaphor”), do seu *The Philosophy of Rhetoric* (Oxford, 1936). Os Capítulos 7 e 8 de seu *Interpretation in Teaching* (London, 1938) recobrem quase o mesmo assunto. W. Bedell Stanford, em seu *Greek Metaphor* (Oxford, 1936), defende aquilo que ele chama de “teoria integracionista” (ver especialmente ps. 101 e seguintes) muito instrutiva e habilidosa. Infelizmente, ambos os autores enfrentaram grandes dificuldades para esclarecer a natureza das posições que eles defendiam. O Capítulo 18 de *A Estrutura das Palavras Complexas* (London, 1951), de W. Empson, apresenta uma discussão interessante da perspectiva de Richards sobre a metáfora.

¹⁸*The Philosophy of Rhetoric*, p. 93. Richard também afirma que a metáfora é “fundamentalmente um empréstimo de *pensamentos*, com um intercurso entre eles; uma transação entre contextos” (p. 94). A metáfora, diz ele, exige duas idéias “que cooperam num significado inclusivo” (p. 119).

comparacionista alega que o epigrama apresenta alguma comparação entre os pobres e os negros. Em oposição a ambas, Richards diz que nossos “pensamentos” sobre os europeus pobres e os negros estão “reunidos ativamente” e “interagem” para produzir um significado que resulta dessa interação.

Acho que isso deve querer dizer que, neste contexto especificamente, a palavra focal “negros” ganha um novo significado, que não é bem seu significado nos usos literais, nem bem o significado que algum substituto literal teria. O novo contexto (o “enquadramento” da metáfora, na minha terminologia) impõe uma extensão de significado à palavra focal. E considero que Richards esteja afirmando que, para a metáfora funcionar, o leitor precisa se manter atento às extensões dos significados; ele precisa prestar atenção conjuntamente tanto ao significado antigo quanto ao novo.¹⁹

Mas como ocorre esta extensão ou mudança de significado? Em certo ponto, Richards fala das “características comuns” dos dois termos (pobres e negros) como sendo a “base da metáfora” (*The Philosophy of Rhetoric*, p. 117), de forma que, em seu uso metafórico, uma palavra ou expressão deve conotar apenas uma *seleção* das características conotadas em seus usos literais. Este, contudo, parece ser um lapso raro, em que aparece a análise antiga e menos sofisticada que ele está tentando superar.²⁰ Ele está em solo mais firme quando diz que o leitor é forçado a “relacionar” as duas idéias (p. 125). Nesta “relação” reside o segredo e o mistério da metáfora. Falar da “interação” de dois pensamentos “ambos ativos” (ou, novamente, de sua “interiluminação” ou “cooperação”) é *usar* uma metáfora que enfatiza os aspectos dinâmicos de uma resposta de um bom leitor a uma metáfora não trivial. Não tenho nada contra o uso de metáforas (se elas são boas) para se falar da metáfora. Mas se muitas forem usadas, podemos ser confundidos pelo charme inusitado de algumas delas.

Tentemos, por exemplo, pensar na metáfora como um filtro. Considere o enunciado “o homem é um lobo.” Temos aqui, por assim dizer, *dois* tópicos: o tópico principal, Homem (ou homens), e o tópico subsidiário, Lobo (ou lobos). Claro, esta sentença metafórica não transmitirá o significado pretendido a um leitor que desconheça completamente os lobos. Não é preciso tanto que o leitor conheça o significado de dicionário de “lobo” — ou que seja capaz de usar esta palavra nos seus sentidos literais — mas sim que ele deve conhecer aquilo que vou chamar de *sistema de lugares comuns associados*. Imagine que se peça a um leigo que diga, sem nenhuma reflexão especial, aquilo que ele acha que seja verdadeiro sobre os lobos; o conjunto de enunciados resultante se aproxima daquilo que estou chamando aqui de sistema de lugares comuns associados à palavra “lobo.” Estou assumindo que, em qualquer cultura, as respostas oferecidas por pessoas diferentes ao teste proposto devem concordar bastante; e mesmo um eventual especialista, que deve ter um conhecimento incomum sobre o assunto, também saberia “o que o homem das ruas acha sobre a questão.” Do ponto de vista do especialista, o sistema de lugares comuns deve incluir meias-verdades ou equívocos evidentes (como quando se classifica uma baleia como peixe); mas o que é importante para a efetividade da metáfora não é que os lugares comuns devam ser verdadeiros, mas sim que eles sejam pronta e livremente evocados. (Devido a isso, uma metáfora que funciona em uma sociedade pode parecer disparatada numa outra. Os homens que acreditam que os lobos são a reencarnação de seres humanos mortos atribuiriam a “o homem é um lobo” uma interpretação diferente daquela que tenho

¹⁹Deve ter sido isso, talvez, que levou Richards a dizer que “falar sobre a identificação ou fusão que a metáfora produz é, quase sempre, desviante e pernicioso” (*ibid.*, p. 127).

²⁰Normalmente, Richards tenta mostrar que a similaridade entre os dois termos faz, no máximo, *parte* da base para a interação dos significados numa metáfora.

assumido.)

Colocando a questão de uma outra maneira, os usos literais da palavra “lobo” são governados por regras sintáticas e semânticas, e a violação de alguma delas produz algo sem sentido ou auto-contraditório. Além disso, estou sugerindo que os usos literais da palavra normalmente obriga o falante a aceitar um conjunto de crenças estabelecidas sobre os lobos (chavões corriqueiros) que os membros de uma comunidade de fala possuem coletivamente. Negar qualquer destes lugares comuns aceitos (por exemplo, afirmando que os lobos são vegetarianos, ou que são facilmente domesticáveis) é produzir um efeito de paradoxo e tem como conseqüência uma expectativa de justificação. Considera-se normalmente que um falante que diz “lobo” está implicando, num certo sentido desta palavra, que ele está se referindo a algo que é feroz, carnívoro, traiçoeiro, etc. A idéia de lobo faz parte de um sistema de idéias, ainda que não minuciosamente delineado, porém suficientemente definido para admitir uma enumeração detalhada.

O efeito, portanto, de chamar (metaforicamente) um homem de “lobo” é o de evocar o sistema lupino associado a seus lugares comuns. Se o homem é um lobo, ele caça outros animais, é feroz, faminto e está sempre brigando e espreitando, etc. Cada uma destas asserções implicadas precisa então ser acomodada no elemento principal (o homem), seja num sentido normal, seja num sentido incomum. Se a metáfora for minimamente apropriada, então isso pode ser feito — pelo menos, até certo ponto. Um leitor perspicaz, através do sistema lupino de implicações, vai construir um sistema correspondente sobre o elemento principal. Mas estas implicações *não* serão aquelas que fazem parte dos lugares comuns *normalmente* acarretados pelo uso literal de “homem.” As novas implicações devem ser determinadas pelo padrão de implicações associados aos usos literais da palavra “lobo.” Qualquer aspecto do homem que possa ser tratado neste linguajar sobre lobos, sem nenhum esforço indevido, será ressaltado; mas todos os que não puderem serão relegados a um segundo plano. A metáfora lupina suprime alguns detalhes e enfatiza outros — em resumo, *organiza* nossa visão do homem.

Suponha que eu olhe para o céu de noite através de um pedaço de vidro muito embaçado, no qual algumas linhas foram mantidas desembaçadas. Assim, eu só consigo ver as estrelas que aparecem nestas linhas previamente preparadas neste vidro, e estas estrelas que vejo vão aparecer organizadas pela estrutura desenhada no vidro. Podemos conceber a metáfora como este pedaço de vidro, e o “sistema de lugares comuns associados” à palavra focal como esta rede de linhas no vidro. Podemos dizer que o elemento principal é “visto através” da expressão metafórica — ou, se preferirmos, que o elemento principal é “projetado sobre” o campo do elemento subsidiário. (Nesta última analogia, deve-se considerar que o sistema de implicações da expressão focal determina a “lei de projeção.”)

Vejamos um outro exemplo. Digamos que eu queira descrever uma batalha usando o máximo possível de palavras emprestadas do vocabulário do xadrez. Estes termos determinam um sistema de implicações que passa a controlar a minha descrição da batalha. A imposição da escolha do vocabulário do xadrez vai acabar enfatizando alguns aspectos da batalha, e negligenciando outros; e faz tudo ser organizado de forma a causar muita tensão em relação a outros modos de descrição. O vocabulário do xadrez filtra e transforma: ele não só seleciona, mas também evidencia certos aspectos da batalha que, de outro modo, poderiam passar completamente despercebidos. (Como as estrelas que não podem ser vistas, a não ser através de um telescópio.)

Também não devemos negligenciar as mudanças de atitude que resultam sistematicamente do uso da língua metafórica. Um lobo é (convencionalmente) uma coisa assustadora e detestável; portanto, chamar um homem de lobo implica que ele também é assustador

e detestável (e, assim, suscita e reforça atitudes dislogísticas). Novamente, o vocabulário do xadrez encontra seus usos primários em ambientes altamente artificiais, dos quais qualquer expressão dos sentimentos fica formalmente excluída: descrever uma batalha como se fosse uma partida de xadrez é, conseqüentemente, excluir, pela escolha linguística, todos os aspectos emocionais mais perturbadores da guerra. (Subprodutos similares não são raros nos usos filosóficos da metáfora.)

Uma objeção muito óbvia ao esboço anterior da “perspectiva interacionista” é que ela exige que alguns dos “lugares comuns associados” sofram, eles mesmos, alterações de significado no processo de transferência do elemento subsidiário para o principal. E estas alterações, se ocorrem, dificilmente poderiam ser explicadas com a mesma abordagem. A metáfora primária, deveríamos dizer, foi analisada como um conjunto de metáforas subordinadas, de forma que a abordagem proposta seria ou circular ou levaria a uma regressão infinita.

Esta objeção pode ser superada negando-se que *todas* as alterações de significado nos “lugares comuns associados” devem contar como mudanças metafóricas. Muitas delas seriam mais adequadamente descritas como extensões de significado, porque elas não envolvem conexões apreendidas que se estabelecem entre dois sistemas de conceitos. Ainda não me encarreguei da explicação sobre como estas extensões ou estas mudanças ocorrem em geral, e não creio que qualquer explicação simples dará conta de todos os casos. (Aqui, seria suficientemente confortável murmurar “analogia,” mas uma observação mais minuciosa logo revelaria qualquer tipo de “base” para as mudanças de significado de acordo com o contexto — e, algumas vezes, mesmo sem base nenhuma.)

Em segundo lugar, não vou negar que uma metáfora possa englobar algumas metáforas subordinadas dentre suas implicações. Mas estas metáforas subordinadas devem ser consideradas, penso eu, menos “enfaticamente,” ou seja, com menos destaque para suas implicações. (As implicações de uma metáfora são como os harmônicos de um acorde musical; dar “peso” demais a eles é como tentar fazer os harmônicos soarem tão alto como as notas principais — o que é igualmente sem sentido.) De todo modo, metáforas primárias e subordinadas pertencerão normalmente ao mesmo campo discursivo, reforçando mutuamente o mesmo sistema de implicações. Por outro lado, quando metáforas substancialmente novas se apresentam enquanto a metáfora primária é desemaranhada, há um sério risco dos pensamentos se confundirem (observe a recorrente proibição das “metáforas mistas”).

Mas a abordagem precedente ainda precisa de uma correção, para que ela seja razoavelmente adequada. A referência aos “lugares comuns associados” serve aos casos mais comuns, nos quais o autor apenas se reporta ao estoque de conhecimento comum (e de desinformação comum) supostamente compartilhada entre o leitor e ele. Mas num poema, ou num fragmento de prosa contínua, o escritor pode estabelecer um novo padrão de implicações para os usos literais das expressões principais, antes de usá-las como veículo para suas metáforas. (Um autor pode se empenhar para suprimir implicações indesejadas da palavra “contrato,” discutindo explicitamente os seus significados pretendidos, antes de desenvolver uma teoria contratual da soberania. Ou um naturalista, que realmente conhece os lobos, pode nos contar tanto sobre eles que *sua* descrição do homem como lobo será muito diferente dos usos coletivos desta figura.) As metáforas podem ser mantidas por sistemas de implicação especialmente construídos, tanto quanto por lugares comuns compartilhados; elas podem ser feitas sob medida e não precisam assombrar ninguém.

Seria uma simplificação, novamente, falar como se o sistema de implicações da expressão metafórica não fosse alterado pela enunciação metafórica. A natureza da aplicação

pretendida ajuda a determinar as características do sistema a ser aplicado (como se as estrelas pudessem determinar parcialmente as características da tela de observação através da qual nós as observamos). Se chamar um homem de lobo é colocá-lo sob uma luz especial, não devemos esquecer que a metáfora faz o lobo parecer mais humano do que, de outra forma, poderia ser.

6

Já que tenho feito uso extensivo de exemplos e ilustrações, seria oportuno agora dizer explicitamente (e a título de resumo) alguns dos principais aspectos pelos quais a perspectiva “interacionista” defendida aqui difere da perspectiva “substitucionista” ou da “comparacionista.”

Da forma como eu venho explicando a questão, a “perspectiva interacionista” está comprometida com as sete seguintes afirmações:

- (1) Uma asseveração¹ metafórica é composta por dois temas distintos — um tema “principal” e outro “subsidiário.”²¹
- (2) Estes temas geralmente devem ser concebidos antes como “sistemas de coisas”, do que como “coisas.”
- (3) A metáfora funciona aplicando ao tema principal um sistema de “implicações associadas” típicas do tema subsidiário.
- (4) Estas implicações se constituem normalmente como “lugares comuns” sobre o tema subsidiário, mas também pode, em casos específicos, serem constituídas por implicações desviantes estipuladas de modo *ad hoc* pelo escritor.
- (5) A metáfora seleciona, enfatiza, suprime e organiza as características do tema principal através da implicação de asseverações sobre ele que normalmente se aplicariam ao tema subsidiário.
- (6) Isto exige algumas mudanças no significado das palavras que pertencem à mesma família ou ao mesmo sistema da expressão metafórica; e algumas destas mudanças, ainda que não todas, podem também constituir transferências metafóricas. (As metáforas subordinadas precisam ser lidas, contudo, menos “enfaticamente.”)
- (7) Não há, de modo geral, nenhuma “base” simples para as mudanças necessárias de significado — não há qualquer motivo peremptório para algumas metáforas funcionarem e outras não.

²¹Este detalhe sempre foi reconhecido. Por exemplo, “como para as expressões metafóricas, que caracterizam uma enorme excelência estilística, quando usadas apropriadamente, pois elas nos apresentam duas idéias por uma.” (Samuel Johnson, citado por Richards, *ibid.*, p. 93).

A escolha dos rótulos para os “temas” é controversa. Veja a “nota sobre terminologia” (n. 23, abaixo).

¹O termo usado no original é *statement*, que é sempre difícil de traduzir; normalmente ele é traduzido como *afirmação* ou *delcaração*, aqui preferimos *asseveração*.

Chega-se à conclusão, depois de alguma reflexão, que o ponto (1) é incompatível com as formas mais simples da “perspectiva substitucionista,” e que o ponto (7) é formalmente incompatível com uma “perspectiva comparacionista”; os outros pontos, por sua vez, evidenciam razões para considerar a “perspectiva comparacionista” inadequada.

Mas é fácil valorizar excessivamente os conflitos entre estas três perspectivas. Se insistíssemos que apenas os exemplos que satisfizessem todas as sete afirmações listadas acima fossem considerados casos “genuínos” de metáforas, restringiríamos os usos corretos da palavra “metáfora” a um número muito pequeno de casos. Isto seria o mesmo que defender uma definição persuasiva de “metáfora” que tenderia a tornar todas as metáforas curiosamente complexas.²² E um uso assim tão diferente do uso corriqueiro da palavra “metáfora” nos deixaria sem um rótulo conveniente para os casos mais triviais. É justamente nestes casos mais triviais é que as perspectivas “substitucionistas” e “comparacionistas” parecem algumas vezes mais precisas do que as perspectivas “interacionistas.” Essa observação poderia ser acomodada classificando-se as metáforas segundo fossem exemplos de substituição, comparação ou interação. Apenas a última classe importa à filosofia.

As metáforas substitucionistas e as metáforas comparacionistas podem ser trocadas por traduções literais (excluindo-se, talvez, o caso da catacrese) — sacrificando um pouco do charme, da vivacidade ou da engenhosidade do original, mas sem perda do conteúdo *cognitivo*. Mas as “metáforas interacionistas” são imprescindíveis. Seu modo de operação exige que o leitor use um sistema de implicações (um sistema de “lugares comuns” — ou algum sistema especialmente estabelecido para o presente propósito) como forma de selecionar, enfatizar e organizar as relações em um campo diferente. O uso de um “tema subsidiário” para permitir a compreensão de um “tema principal” é uma operação intelectual diferente (ainda que nos seja bastante familiar nas nossas experiências quando aprendemos o que quer que seja), que exige o conhecimento simultâneo de ambos os elementos, mas que não se reduz a nenhuma comparação entre eles.

Suponha que tentássemos estabelecer o conteúdo cognitivo de uma metáfora interacionista exclusivamente através de uma língua. Até certo ponto, conseguiríamos relatar um número relevante de relações entre os dois temas (ainda que, por causa da extensão de significado que acompanha a mudança no sistema de implicações dos temas subsidiários, não se deve esperar muito da paráfrase literal). Mas o conjunto de asseverações obtidas desta maneira não terá a mesma força informativa e esclarecedora que o original tinha. De início, as implicações, que antes eram deixadas para o leitor interessado deduzir por si próprio, com uma agradável sensação de suas prioridades relativas e seus graus de importância, agora seriam apresentadas explicitamente, como se tivessem o mesmo peso. A paráfrase literal diz inevitavelmente demais — e com a ênfase errada. Um dos pontos que mais gostaria de ressaltar é que a perda, nestes casos, é uma perda no conteúdo cognitivo; a deficiência mais relevante da paráfrase literal não é a de ser incansavelmente prolixa ou enfadonhamente explícita (ou deficiente em suas qualidades estilísticas); ela não consegue ser uma tradução porque ela não consegue oferecer a mesma compreensão que a metáfora oferece.

Mas a “explicação” ou elaboração das bases da metáfora, mesmo que não seja um

²²Posso simpatizar com a crítica de Empson, para quem “o termo [‘metáfora’] corresponderia mais ao que o próprio falante considera que seja um uso rico, sugestivo ou persuasivo de uma palavra, ao invés de incluir usos como o de *perna* de uma mesa” (*The Structure of Complex Words*, p. 333). Mas há também o perigo contrário de tornar, por definição, as metáforas tão importantes que restringiria nossa perspectiva sobre a questão.

substituto cognitivo adequado para o original, pode ser bastante útil. Uma metáfora forte não seria maculada por esse tipo de escrutínio, assim como uma obra-prima musical não seria diminuída pela análise de sua estrutura harmônica e melódica. Não há dúvidas de que a metáfora é perigosa — e talvez especialmente na filosofia. Mas qualquer proibição de seu uso seria uma restrição arbitrária e prejudicial ao poder de nossas pesquisas.²³

²³(Uma nota sobre terminologia): Para as metáforas que se adequam à perspectiva substitucionista ou comparacionista, precisamos distinguir os seguintes fatores: (i) uma palavra ou expressão E , (ii) que ocorre num “enquadramento” verbal F , de forma que (iii) $F(E)$ é a asseveração metafórica em questão; (iv) o significado $s'(E)$ que E tem em F , (v) que é o mesmo que o do significado literal $s(X)$, de algum sinônimo literal X . Um vocabulário técnico suficiente seria: “expressão metafórica” (para E), “asseveração metafórica” (para $F(E)$), “significado metafórico” (para s') e significado literal (para s).

Nos casos em que a perspectiva interacionista é apropriada, a situação é mais complicada. Ainda precisaríamos nos referir a (vi) um tema principal de $F(E)$, digamos P (a grosso modo, aquilo a que a asseveração “realmente” se refere); (vii) o tema subsidiário, S (aquilo a que $F(E)$ se referiria se fosse lido literalmente); (viii) o sistema relevante de implicações, I , relacionado a S ; e (ix) o sistema resultante de atribuições, A , asserido de P . Precisamos aceitar, no mínimo, essa complexidade se concordamos que o significado de E na configuração de F depende da transformação de I para A pelo uso das expressões que normalmente seriam aplicadas a S , mas que agora estão sendo aplicadas a P .

Richards sugeriu que se usasse as palavras “teor” e “veículo” para os dois “*pensamentos*” que, na sua perspectiva, estariam “ambos ativos” (para “as duas *idéias* que a metáfora, no mínimo, nos dá” — *The Philosophy of Rhetoric*, p. 96, itálicos meus) e sugere que reservemos “a palavra ‘metáfora’ para este grupo de duas unidades” (*ibid.*). Mas esta imagem de duas *idéias* interagindo mutuamente é uma ficção inconveniente. E é significativo que o próprio Richards logo passa a falar de “teor” e “veículo” como “coisas” (por exemplo, na p. 118). O “veículo” de Richards se refere alternativamente ora à expressão metafórica (E), ora ao tema subsidiário (S), e ora ao sistema relacionado de implicações (I). É menos claro a que o seu “veículo” se refere: algumas vezes denota o tema principal (P), outras as implicações relacionadas a este tema (que, acima, não foi representado por nenhum símbolo), outras ainda, apesar da própria intenção de Richards, os significados *resultantes* (ou, como diríamos, a “consequência integral”) de E em seu contexto $F(E)$.

Não há muita esperança de se chegar a um consenso terminológico, já que os que escrevem sobre a questão ainda apresentam muitas divergências entre si.